

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

APROVAÇÃO DO "PL DA DEVASTAÇÃO" DESTRÓI A POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA

O Brasil vive um dos maiores desmontes de sua legislação ambiental com a aprovação, em 17 de julho de 2025, do Projeto de Lei 2.159/2021 – apelidado por movimentos socioambientais de “PL da Devastação”. Aprovado na Câmara dos Deputados por 267 votos favoráveis e 116 contrários, o projeto agora depende apenas da sanção presidencial. Mesmo diante da possibilidade de veto por parte do presidente Lula, a correlação de forças no Congresso indica que um

eventual veto pode ser facilmente derrubado, consolidando a tendência a um cenário de retrocessos.

A votação final ocorreu de uma forma que simboliza bem o descaso institucional com a agenda ambiental: durante a madrugada, às 1h53, em um plenário esvaziado, com parlamentares participando de forma remota e sem qualquer debate significativo. Enquanto a maioria da população dormia, a base aliada do governo e setores do centrão im-

puseram uma reforma profunda e acelerada na legislação ambiental, sinalizando o desprezo do parlamento pelas questões climáticas e pelo direito coletivo a um ambiente equilibrado.

O Projeto de Lei foi aprovado inicialmente pela Câmara dos Deputados em 13 de maio de 2025, com 290 votos favoráveis e 115 contrários. Na ocasião, o presidente Lula optou pelo silêncio e não prestou apoio à ministra do Meio Ambien-

te, Marina Silva, que se posicionou publicamente contra o texto. Em seguida, o projeto seguiu para o Senado Federal, onde foi aprovado em 23 de maio com a inclusão de emendas que tornaram a proposta ainda mais prejudicial ao meio ambiente, novamente sem qualquer manifestação por parte do chefe do Executivo. Na terceira semana de junho, o PL retornou à Câmara para a votação final, que culminou na sua aprovação definitiva. **pág. 6**



Foto: Jornal O Futuro.

GREVE HISTÓRICA DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE

A capital mineira presenciou a maior greve da educação das últimas décadas. Durante 29 dias, os trabalhadores da educação do município de Belo Horizonte demonstraram sua incontestável força na cidade, resistindo ao projeto de precarização e privatização da educação pública em curso. Mesmo sem conquistar o reajuste conforme o índice do piso

nacional do magistério, derrotaram todas as tentativas do prefeito Álvaro Damião (União Brasil) de colocar a cidade contra os trabalhadores da educação. Em um cenário onde a judicialização tem sido usada para limitar o direito de greve, a tentativa da prefeitura de impedir o movimento por meio do judiciário foi derrotada pela força da categoria. **pág. 3**

PRIVATIZANDO O SUS:

Para tentar diminuir filas, governo Lula propõe abater dívidas milionárias para hospitais privados e filantrópicos oferecerem serviços à rede. **pág 10**

ARMAS DE ISRAEL MATAM NO BRASIL:

PEC da Segurança Pública do governo Lula revela fortalecimento do lobby sionista na política brasileira. **pág 2**

NÃO EXISTE ALMOÇO GRÁTIS:

Gigante do ramo alimentício não faliu às custas do dinheiro público e agora é palco de escândalos trabalhistas. **pág 8**

BOLSONARO NA CADEIA:

Julgamento dos golpistas pelo Supremo Tribunal Federal está cada vez mais próximo. **pág 10**

Editorial

O que podemos aprender da pressão de Trump sobre o Brasil?

No dia 9 de julho, o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou um pacote de tarifas de 50% sobre as exportações brasileiras para o país. Com uma carta em que exige que Bolsonaro não seja preso - no maior espírito dos perdões presidenciais que deu aos golpistas do capitólio -, Trump busca estrangular a capacidade de exportação do Brasil e, assim, mobilizar setores da burguesia local para tomarem o lado de Bolsonaro na disputa por sua prisão.

Vários setores da burguesia brasileira, particularmente a extrema-direita, comemoraram o resultado da articulação de Eduardo Bolsonaro. Afinal, é precisamente a partir dos vínculos internacionais da extrema-direita que o trumpismo tem protagonizado mais um dos episódios de soluções de força da burguesia em todo o mundo, processo que remonta à própria crise de 2008. Esses setores revelam, assim, sua própria hipocrisia: defensores do “livre mercado” da boca para fora, não veem qualquer problema em que tarifas e outros instrumentos sejam utilizados como pressão contra a soberania do nosso próprio país. Mesmo com o governo Lula-Alckmin mostrando ainda uma indisposição para o enfrentamento a Trump e ao imperialismo, as lideranças do reformismo nacional têm tentado capitalizar em cima dessa disputa e demonstrar que, “por analogia”, o governo social-liberal estaria ao lado dos trabalhadores.

Nesta edição do jornal O Futuro, você que está lendo poderá ver o que acontece de fato em nosso país e qual papel o governo tem tido nas lutas da nossa classe. Mesmo sob a mais recente ameaça imperialista à nossa soberania nacional, o governo continua engordando os setores da burguesia brasileira que estão mais integrados ao mercado internacional e à burguesia imperialista.

São bilhões e bilhões de reais indo para o agronegócio, que combina as práticas mais abomináveis em termos de direitos trabalhistas e não produz qualquer adensamento tecnológico no país; são isenções e perdões de dívida aos grandes conglomerados privados da saúde, com ampla participação do capital estrangeiro; é a rendição completa e absoluta ao “capitalismo verde”, lógica por trás da COP 30 que não serve senão como janela de oportunidades para mais e mais entrada de capital, particularmente europeu, e extração das riquezas minerais e biológicas do país, às custas da vida de povos indígenas e outras comunidades tradicionais. Mesmo as “campeãs nacionais”, como a BRF, “exemplo” de indústria que “contribuiria para o desenvolvimento nacional”, na realidade drena recursos públicos para sustentar uma política industrial baseada na exploração absurda de seus funcionários, com 90% dos funcionários recebendo até três salários mínimos.

Qual é a lição que os trabalhadores devem tirar disso? A primeira conclusão é que em uma luta justa, contra uma imposição do imperialismo sobre o nosso país, toda unidade é bem-vinda para a classe trabalhadora. Toda unidade para denunciar a agressão imperialista, os planos de Trump e da burguesia estadunidense, é necessária e consegue demonstrar ao conjunto da sociedade a hipocrisia de figuras da extrema-direita, como Bolsonaro, em se colocarem como “patriotas”.

A segunda conclusão pode ser observada nas páginas desta edição, e é um pouco menos alentadora, mas deve ser encarada de frente: o vínculo da burguesia brasileira com o capitalismo internacional não é uma escolha, mas uma condição inescapável no momento que vivemos, na fase imperialista do capitalismo. E é por isso que não existe qualquer saída “soberana” que não passe por também construir as bases para o combate a qualquer governo burguês em nosso país, para o desenvolvimento de uma força independente da classe trabalhadora, porque só ela pode levar até às últimas consequências a luta contra o imperialismo, sem qualquer amarra com o grande capital.

A atual conjuntura exige que tenhamos essas duas posições como uma só, no curso de nossas lutas. Nem desprezar o ataque trumpista, nem abaixar a cabeça para a burguesia, é essa a lição mais verdadeira que os trabalhadores podem aprender.

Segurança pública

A conexão entre o lobby sionista e a PEC da Segurança Pública do governo Lula

A crescente influência do lobby sionista na política nacional, agora reforçada pela PEC da Segurança Pública, amplia o mercado para tecnologias de vigilância e repressão nos municípios.

A recente visita de uma comitiva de prefeitos brasileiros a Israel voltou a expor a crescente influência do lobby sionista em diversos níveis da política nacional. Em junho de 2025, poucos dias antes do início dos ataques de Israel contra o Irã, autoridades municipais, em sua maioria ligadas à direita, participaram da Muni Expo — feira organizada pela Federação das Autoridades Locais de Israel, voltada à promoção de armas e tecnologias de segurança. Embora o evento fosse oficialmente classificado como técnico, o roteiro da viagem revelou motivações políticas, sobretudo no que se refere à difusão da narrativa israelense sobre o genocídio em curso na Faixa de Gaza.

O prefeito de Belo Horizonte, Álvaro Damião (União Brasil), revelou à imprensa que, durante a viagem, um representante do exército israelense solicitou aos integrantes da comitiva que atuassem como “embaixadores da verdade” ao retornarem ao Brasil, promovendo a versão oficial do governo de Israel sobre o conflito.

A atuação do lobby sionista, no entanto, não se limita a esse episódio. Reportagem da Agência Pública, publicada em 2023, revelou que empresas israelenses de ciberespionagem vêm fornecendo desde 2017 sistemas de vigilância a órgãos públicos brasileiros, como a Polícia Rodoviária Federal, o Exército, a Força Aérea e a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência). Um dos principais produtos é o software First Mile, adquirido sem licitação por R\$ 5,7 milhões em 2018. Entre 2019 e 2021, durante o governo Bolsonaro, o programa teria sido utilizado pela ABIN para monitorar jornalistas, ministros do STF, parlamentares, advogados, servidores públicos e opositores políticos, tudo sem autorização judicial.

A influência israelense também se projeta no âmbito estadual. Em março de 2024, no auge do debate público sobre o genocídio palestino, os governadores Tarcísio de Freitas (SP) e Ronaldo Caiado (GO) reuniram-se com o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, em visita oficial a Jerusalém. Embora Tarcísio tenha declarado que a viagem não teve caráter político ou ideológico — e se destinasse exclusivamente à celebração de parcerias tecnológicas —, aproveitou a ocasião para se desculpar pelas críticas do presidente Lula ao governo israelense. O gesto foi interpretado como um aceno explícito de alinhamento com o sionismo. Desde o início da gestão Tarcísio, o governo paulista firmou contratos que somam R\$ 37,3 milhões com empresas israelenses de segurança e espionagem.

Esse cenário adquire contornos ainda mais graves diante da Proposta de Emenda Constitucional da Segurança

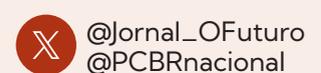
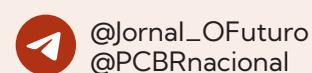
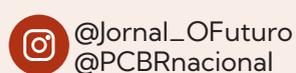
Pública, impulsionada pelo governo Lula. A PEC, conforme noticiado pelo jornal O Futuro, busca constitucionalizar a função de policiamento ostensivo pelas guardas municipais, transformando-as, na prática, em “polícias municipais”. Embora o STF já tenha reconhecido tal função às guardas por decisão proferida em fevereiro de 2025, a proposta do governo federal reforça essa diretriz, conferindo-lhe respaldo constitucional. A medida, porém, é controversa. A decisão do Supremo — já considerada inconstitucional por juristas — pode ganhar força normativa com a PEC, reduzindo o espaço para críticas e debates sobre a militarização das guardas municipais.

Tendo em vista essa “janela de oportunidades” aberta pela PEC (e mirando o debate eleitoral de 2026), prefeituras brasileiras têm se antecipado e promovido alterações em suas legislações locais. Em junho de 2025, por exemplo, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), sancionou uma Lei Complementar que prevê a criação de um grupo especializado no âmbito da Guarda Municipal para exercer funções de “policiamento ostensivo, preventivo e comunitário”. O projeto também autoriza o uso de armas de fogo pelos agentes, institucionalizando mais um grupo armado dentro da estrutura estatal.

De acordo com dados do IBGE de 2023, já chegava a 30% o número de guardas municipais armadas (1,3 mil) dentre o total das cidades com agentes em atividade. Contudo, o impacto do tema nos debates eleitorais para 2026 em capitais como Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Cuiabá, Belém e São Paulo, além de diversas cidades médias e grandes do país, amplificou as margens de ação dos defensores da militarização das guardas civis.

Se aprovadas, medidas como essas garantirão a expansão de um mercado altamente lucrativo para a aquisição de tecnologias de espionagem e equipamentos de segurança no país. Diversos prefeitos, atentos a essa movimentação, têm se aproximado do lobby sionista, como demonstrado no caso da comitiva recente, buscando parcerias com empresas israelenses que desenvolvem e testam suas armas e equipamentos de vigilância em meio ao genocídio na Palestina.

O resultado desse cenário é o fortalecimento não apenas econômico, mas também político, da influência sionista no Brasil e de sua articulação — pela via do reforço da lógica da guerra às drogas no país — com a militarização das cidades e o aprofundamento do encarceramento em massa e do extermínio sistemático da juventude negra das periferias brasileiras.



Leia também pela internet: jornalofuturo.com.br



Assembleia dos Trabalhadores da Educação fecha Av. Afonso Pena, em frente à Prefeitura de Belo Horizonte. Foto: Jornal O Futuro.

Sindical

Greve histórica dos trabalhadores em educação de Belo Horizonte

A greve teve seu auge no dia 1º de julho, quando uma Assembleia com mais de 4.500 trabalhadores fechou a Av. Afonso Pena, em frente à Prefeitura.

Por Diego Miranda

A capital mineira presenciou a maior greve da educação das últimas décadas. Durante 29 dias, os trabalhadores da educação do município de Belo Horizonte demonstraram sua incontestável força na cidade, resistindo ao projeto de precarização e privatização da educação pública em curso. Mesmo sem conquistar o reajuste conforme o índice do piso nacional do magistério, derrotaram todas as tentativas do prefeito Álvaro Damiano (União Brasil) de colocar a cidade contra os trabalhadores da educação.

Governo inimigo da educação

O ano de 2025 começou com uma grande greve dos trabalhadores da educação terceirizados pelo fim da escala 6x1 e redução da jornada de trabalho, que, em fevereiro, colocou 4 mil trabalhadores em marcha. Uma luta que pressionou a Prefeitura de Belo Horizonte e a Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (MGS), responsável pelo contrato de terceirização, contra a constante precarização do trabalho na educação e desvalorização dos profissionais.

No início de abril, o ex-secretário de educação Bruno Baral (União Brasil) foi exonerado após operação da Polícia Federal. A Operação Overclean investiga um esquema bilionário de desvio de emendas parlamentares que deveriam ser destinadas a obras de infraestrutura. O ex-secretário já havia firmado em Belo Horizonte inúmeros contratos suspeitos e alguns sem licitação, como o contrato de mais de R\$13 milhões com a empresa Falconi Consultores S.A., especializada em privatização de estatais. O ano iniciou sem uniforme e livros didáticos para os estudantes, enquanto o ex-secretário comprou, por fora do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD),

quase 100 milhões de livros paradidáticos de péssima qualidade.

O Sindicato dos trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (Sind-REDE/BH) iniciou uma importante campanha, cobrando da prefeitura: “Cadê o dinheiro da educação?”, conforme vídeo nas redes sociais da entidade. Essa campanha foi o fio condutor das denúncias sobre o orçamento da educação municipal, visto que Belo Horizonte é a 4ª cidade que mais arrecada impostos no país. A ação desmascarou o governo, revelando sua opção política por não investir na educação pública e nos seus trabalhadores.

2,49% não é valorização

Os trabalhadores haviam aprovado na assembleia de 13 de março sua pauta de reivindicações, mas o governo se manteve intransigente dizendo que só apresentaria sua proposta aos servidores no dia 30 de maio. Nesse período, o conjunto dos servidores exigia negociação já. Entretanto, o governo só apresentou sua proposta de 2,49% para todo funcionalismo na data já estabelecida. O Sind-REDE/BH foi protagonista em questionar o valor do índice salarial, enquanto os demais sindicatos de servidores não se empenharam nesse enfrentamento.

Em um cenário onde a Prefeitura arrecada cada vez mais, mas transfere esses recursos para contratos e terceirizações enquanto sofre investigações e faltam condições materiais básicas para o trabalho nas escolas, um índice irrisório foi como jogar fogo no palheiro. O índice de 2,49% representou numericamente o sentimento de desvalorização de todos os trabalhadores da educação e foi o grande motor da mobilização. Em uma assembleia com mais de 2 mil trabalhadores, a greve foi deflagra-

da com um índice de mais de 80% de turmas paralisadas na rede municipal de Belo Horizonte.

O prefeito Álvaro Damiano (União Brasil) optou por deixar a cidade com uma greve em curso para ir até Israel para participar de um lobby sionista de segurança pública - o que acabou coincidindo com o conflito entre Israel e Irã, forçando que ele ficasse em um bunker durante os bombardeios. Isso demonstrou quão ridícula foi a opção do prefeito de sair da cidade durante a greve e se aliar a um Estado que oprime e massacra o povo palestino.

A luta coletiva e organizada conquista

A força dos trabalhadores favoreceu uma grande cobertura da mídia, se colocando em alguns casos de forma favorável ao movimento. O apoio e mobilização das famílias e das comunidades escolares em todas as postagens nas redes sociais foi fato notório. Em um cenário onde a judicialização tem sido usada para limitar o direito de greve, a tentativa da prefeitura de impedir o movimento por meio do judiciário foi derrotada pela força da categoria.

Essas conquistas foram construídas em cada ato e atividade, com ampla participação da base. Os trabalhadores realizaram um Arraiá para denunciar a desvalorização salarial e o uso indevido do dinheiro da educação pública. Realizaram uma recepção do prefeito no Aeroporto, exigindo negociações. Fizeram campanha de doação de sangue durante o Junho Vermelho. Recolheram e distribuíram alimentos para as famílias em vulnerabilidade social. Entre várias outras ações que demonstraram o compromisso com a cidade. O auge dessa luta foi a Assembleia do dia primeiro de julho com mais de 4.500 trabalhadores, que fecharam a Av. Afonso Pena em frente à Prefeitura.

Com toda luta coletiva da categoria foi possível ter avanços e conquistas importantes: duas novas progressões por escolaridade, em um cenário de destruição de carreiras; ampliação de tempo para 8 horas das reuniões pedagógicas mensais; reconhecimento de dívida inflacionária, desde 2017, de 2,4%, que será pago em março de 2026, retroativo a janeiro; vale refeição proporcional à jornada para todos os servidores. Um dos pontos sensíveis é a exclusão dos professores e professoras aposentadas, que conseguiram avançar com o reconhecimento da Prefeitura sobre suas perdas.

O índice de 2,49% foi o único ponto inalterado. O fato dos demais sindicatos de servidores municipais terem aceitado a proposta do governo sem qualquer forma de luta e enfrentamento colocou os trabalhadores da educação em isolamento. Além disso, a política de austeridade adotada pelo governo impõe a todos os servidores o mesmo reajuste, embora a educação tenha verbas próprias e uma política de valorização e índice anual. Tanto no cenário das verbas federais, quanto da arrecadação municipal, fica claro que a opção da prefeitura é pela austeridade fiscal e a desvalorização dos trabalhadores da educação.

A greve pode não ter conquistado um melhor índice de reajuste salarial, considerando todas as perdas históricas, mas demonstrou avanço político-organizativo dos trabalhadores para outras lutas que virão e exigirão resistência e força. A maior conquista de uma greve é o avanço na consciência e organização dos trabalhadores, em especial em um cenário de austeridade fiscal, precarização do trabalho e privatizações. A greve da educação foi exemplo nacional de resistência e força, demonstrando porque essa é uma rede que não se rende.

Luta Ideológica

A Reconstrução Revolucionária do Partido Comunista e o jornal O Futuro



Foto: Jornal O Futuro.

Gabriel Lazzari
Secretário-Geral do PCBR

Este dia 3 de agosto é o marco de dois anos desde a publicação do Manifesto em Defesa da Reconstrução Revolucionária do PCB. Nunca é demais recomendar aos militantes e trabalhadores de um modo geral a leitura e releitura desse Manifesto, que marcou um ponto de viragem da construção de um Partido Comunista em nosso país. O processo de Reconstrução Revolucionária, que mostrou-se historicamente correto para a realidade do movimento comunista no Brasil, foi progressivamente posto em xeque pela direção do velho PCB e retomado, por força do massivo expurgo de militantes, a partir das bases revolucionárias que havia dentro daquele Partido.

É claro que esse não foi um processo fácil, ou linear, ou desprovido de suas próprias contradições. O conjunto dos debates que marcaram o XVII Congresso (Extraordinário) – a única solução possível para manter viva a Reconstrução Revolucionária e dar passos em frente – mostra que a unidade ideológica em torno do marxismo-leninismo e da estratégia da Revolução Socialista, assim como as conexões íntimas com o proletariado nacional e internacional, não são conquistáveis da noite para o dia. Os princípios que foram aprovados pela maioria do Congresso refletem um passo adiante inestimável para o futuro do movimento revolucionário no nosso país – e legam às gerações de militantes que hoje aprofundam a construção de um Partido proletário revolucionário no Brasil inúmeros desafios.

A dinâmica entre os princípios teóricos e seus desafios práticos é sempre enriquecedora, porque coloca à prova da realidade e da prática os fundamentos filosóficos de qualquer teoria ou doutrina. É claro que, sem a clareza dos princípios, não se consegue andar um palmo no caminho da revolução. Mas sem o avanço prático, esses princípios são letra morta.

Um dos aspectos fundamentais do debate da retomada do marxismo-leninismo abraçado desde o Manifesto de 3 de agosto de 2023 é o papel do jornal político para uma organização revolucionária. Inúmeras tribunas foram apresentadas ao XVI Congresso (do PCB ainda unitário) e ao XVII Congresso (Extraordinário) sobre esse assunto, buscando na teoria e na experiência histórica do bolchevismo as “pistas” para compreendermos o que deve ser um jornal político comunista e como isso se relaciona com a construção (ou reconstrução) de um Partido Comunista.

O diagnóstico que elaboramos, no curso desse processo, partia do combate ao descaso, ao artesanismo e ao caráter secundário que era imprimido ao jornal no velho PCB. Não foi à toa, portanto, o quanto o jornal foi parte indispensável das discussões no XVII Congresso e quantos esforços temos empreendido na sua consecução. Afinal, esta edição que vocês têm em mãos é a 12ª edição do jornal O Futuro, totalizando um ano de trabalho ininterrupto. Isso, é claro, ainda é muito insuficiente – um jor-

nal por mês é, para Lênin em *Que Fazer?*, justamente o número que revela o estágio ainda artesanal do trabalho. Mas é um passo significativo para a Reconstrução Revolucionária de um Partido Comunista, saído da experiência anterior, de, na prática, não ter um jornal político para todo o país. A consolidação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário como resultado desses debates e disputas aponta claramente para a centralidade do jornal no trabalho partidário.

O jornal e a luta revolucionária

Alguns camaradas podem, no entanto, nos perguntar “mas de onde vem essa ideia de jornal?”. É preciso tomar esse questionamento com todo o cuidado necessário e pacientemente retornar aos fundamentos do leninismo se quisermos que todo o Partido avance, por igual, na luta revolucionária. Por isso, é preciso retornar a Lênin.

Para Lênin, o problema da constituição do proletariado revolucionário enquanto Partido e do papel de vanguarda que esse partido deve exercer são condições inescapáveis para o sucesso da luta revolucionária, ou seja, para que os trabalhadores possam efetivamente tomar o poder de Estado e os meios de produção e construir o socialismo-comunismo. Em primeiro lugar, Lênin observa que um dos pontos centrais para essa vitória final está no processo de consciência do proletariado; em segundo lugar, no

processo de organização dele.

A discussão do marxismo-leninismo sobre a consciência é ampla e profunda, mas é preciso retomar ao menos seus princípios gerais. Já em Marx, a conclusão de que a consciência é condicionada e produzida, em última instância, pelas condições materiais de produção e reprodução da vida humana esclarece e põe fim a qualquer teoria que vê a consciência como uma forma transcendental ou inata aos seres humanos. Lênin absorve e aprofunda essa reflexão: ele demonstra como mesmo os trabalhadores mais mobilizados e ativos nas lutas contra seus patrões alcançam, espontaneamente, apenas uma consciência “tradeunionista”, ou seja, uma consciência de como os trabalhadores podem e devem batalhar nos marcos do próprio capitalismo, como uma classe do capitalismo. Assim, a consciência dos trabalhadores de que é possível e necessário ir além do capitalismo (ou seja, a consciência revolucionária) não surge espontaneamente, mas *vinda de fora* do movimento dos trabalhadores: *vinda da teoria revolucionária*. Para Lênin, o Partido Comunista não deve ser outra coisa senão a fusão da teoria revolucionária com o movimento dos trabalhadores.

Tendo claro o processo de consciência, é a organização do proletariado e do Partido revolucionário que se impõe como necessidade histórica. Aos que lerem *Que Fazer?*, perceberão rapidamente como para o pensamento bolchevique, falar em consciência é falar em organização, uma organização férrea e altamen-

te disciplinada como a única forma de dirigir o proletariado em sua luta pelo poder. Assim, não se trata para o marxismo-leninismo de pensar um processo de consciência sem sujeito, mas com a arregimentação e o trabalho coordenado de militantes revolucionários (inclusive profissionalizados para tal!) em organismos de um Partido que consiga agir como uma única força nos momentos de sua ação.

A conexão entre essas duas coisas é justamente o jornal partidário. Depois de debater duramente contra a visão dos “economicistas”, os intelectuais que propunham ao Partido Operário Social-Democrata da Rússia que aos trabalhadores caberia apenas aquela luta econômica, “tradeunionista”, e não a luta teórica ou política, Lênin demonstra que é precisamente através de um jornal político para toda a Rússia que o Partido pode, ao mesmo tempo, alcançar as conexões mais amplas e profundas com o proletariado, esclarecer-lhe as concepções científicas sobre o mundo e sobre a luta de classes e organizar, dessa forma, o próprio Partido Comunista. Só assim é possível superar o caráter imediatamente local e artesanal que nos aparece como correto, na medida em que estamos, cada um de nós, inseridos em um contexto determinado de luta, e avançar para uma explicação do todo e também uma política do todo. Em momentos de “micro-resistências” e da estreiteza de quem acha que há atos revolucionários em cada vírgula de um texto, Lênin nos ajuda a lembrar que o poder da classe trabalhadora está em sua consciência e em sua organização coletiva, para que possa construir a sociedade conforme seus próprios interesses.

É essa organização que o jornal propicia e exige que surja entre os revolucionários. Ela desenvolve capacidades logísticas (de envio e circulação do jornal em todo o país), financeiras (de compromisso com o custeio do jornal e com a geração de recursos para sua permanência e aumento de tiragem), mobilizadoras (de colocar as forças do Partido e da classe trabalhadora em missões de panfletagem e brigadas de jornal), entre muitas outras.

O jornal no século XXI

É óbvio que não podemos transpor de forma esquemática o debate bolchevique sobre o jornal como se estivéssemos na Rússia do começo do século passado. Já se passaram, afinal, mais de 120 anos da publicação de *Que Fazer?*. Do ponto de vista

dos meios de produção da imprensa, o jornal era o principal veículo de comunicação de massas – antes do rádio, que já exigia um nível de investimento maior e, dessa forma, também era um empecilho para o desenvolvimento das atividades clandestinas que foram parte do movimento revolucionário desde seu início. Hoje, no entanto, temos muitos outros veículos de comunicação de massas. O surgimento da televisão no século passado alterou substancialmente essa produção – com o ainda maior obstáculo aos trabalhadores de que investimentos ainda maiores são necessários para montar e gerir uma televisão do que um rádio.

É, no entanto, na era da internet que estamos empreendendo nossa luta revolucionária. Saber aproveitar o potencial de difusão de ideias pela internet – inclusive levando em consideração o relativo baixo investimento financeiro necessário para começar uma iniciativa desse tipo – é uma das tarefas dos revolucionários. Hoje, como nunca antes, a teoria revolucionária pode ser difundida de forma praticamente instantânea e o contato com os debates realizados por comunistas do Brasil por comunistas do mundo todo, e vice-versa, é uma realidade palpável. Nem mesmo as barreiras linguísticas hoje são o obstáculo que foram no passado, devido ao avanço de ferramentas de tradução, que ainda são melhoradas a cada dia pela Inteligência Artificial.

É claro que, com essas vantagens, a era da internet apresenta novos desafios para o movimento revolucionário. A tendência da comunicação rápida e individualizada é também a do espontaneísmo e da desorganização. A própria temporalidade acelerada torna-se um desafio para debates e acúmulos que exigem tempo de estudo e debate qualificado entre os comunistas. E, como um dos aspectos mais preocupantes, temos a dependência “escondida” que os revolucionários têm das grandes plataformas digitais, conglomerados internacionais monopolistas de comunicação. Como na transição do jornal impresso ao rádio, e do rádio à televisão, a transição para as mídias digitais exige volumes inimagináveis de investimento, que apenas monopólios bilionários podem acessar.

Os comunistas no século XXI devem, portanto, conseguir navegar entre estes dois “perigos” na hora da formulação de sua política jornalística e comunicacional: por um lado, a dependência total dos meios digitais, que podem, com uma mudança simples de algoritmo, inviabilizar a

agitação revolucionária (como tem ocorrido, no atual momento, com páginas e canais de redes sociais que divulgam conteúdo solidário à causa palestina); e, por outro lado, a estreiteza do uso exclusivo de materiais impressos e abandono do imenso potencial de difusão das redes sociais.

O PCBR, em seu XVII Congresso, tomou uma opção significativa: centrar esforços na realização de um jornal impresso para todo o país é uma tarefa imprescindível, se quisermos avançar para no futuro podermos utilizar todo o potencial tecnológico ao dispor do trabalho revolucionário. Isso porque, sem deixar de lado o trabalho digital, o jornal, como falamos, não cumpre apenas uma função ideológica, mas organizadora de todo o trabalho coletivo.

O jornal e o trabalho militante cotidiano

A melhor forma de entendermos o papel organizador do jornal impresso é vê-lo na sua ação cotidiana. O jornal, no dia a dia da militância, é muito mais do que um conjunto de textos – é um instrumento de abordagem e contato com os trabalhadores. Quando Lênin fala em superar os panfletos de denúncia local pelo jornal (que deve conter também as denúncias de diversas localidades), ele também advoga a favor desse contato cotidiano, que vai criando o jornal como referência a partir das conexões íntimas que os comunistas vão desenvolvendo com os demais trabalhadores.

O jornal O Futuro tem sido uma grande escola para esses aprendizados. As centenas de militantes novos que o Partido tem recebido muitas vezes ingressam na luta revolucionária com pouca ou nenhuma experiência prática. E nosso jornal tem servido de suporte justamente para o contato cotidiano, “olho no olho”, que permite aos militantes se formarem cada vez mais para entenderem os dramas da consciência dos trabalhadores e mobilizá-los no sentido das lutas de classes. Ler e apreender o jornal, discuti-lo em leituras coletivas, dentro ou fora dos organismos do Partido e, depois, exercitar nossa própria agitação junto aos trabalhadores é também um exercício de aprimoramento teórico dos militantes, tão importante quanto estudar os clássicos da teoria marxista-leninista.

Da mesma forma, organizar as brigadas do jornal O Futuro é muitas vezes a primeira experiência

de diversos militantes com a organização de atividades do Partido. Pensar data, horário e local das brigadas, conhecer os movimentos ao seu redor e seus calendários, “bater ponto” com brigadas de jornal junto a locais de grande concentração de categorias estratégicas, tudo isso vai refinando a capacidade dos militantes de entender a sua realidade mais imediata, entender como o trabalho cotidiano reflete e produz o trabalho estratégico do Partido, de dirigir os trabalhadores no curso da revolução.

O mesmo pode ser dito do financiamento de nosso jornal. É uma das tarefas mais importantes que a venda do jornal e as doações que decorrem desse contato com os trabalhadores – que por vezes, ajudam a causa com mais do que o valor do próprio jornal – adquiram regularidade e constância. Fazer uma brigada de jornal na porta de uma fábrica ou de uma grande central de telemarketing é um passo importante, mas fazer brigadas cotidianamente, estabelecendo, mantendo e aprofundando o vínculo com os mesmos trabalhadores, é o que vai garantir que o apoio dado a nosso Partido e ao trabalho político que fazemos se converta também em recursos financeiros. Infelizmente, precisamos constatar que a falta de cuidado com as finanças do jornal O Futuro ainda é uma de nossas principais debilidades e esse descaso, se é compreensível com militantes mais novos, é injustificável quando falamos de organismos e comitês do Partido com grande experiência e continuidade em seus locais de atuação.

Detalhes como esses podem passar despercebidos, mas são centrais para o sucesso de nosso trabalho revolucionário. Sem as preocupações mais básicas de como utilizar, a todo tempo, o jornal O Futuro em nossa ação política, estaremos retrocedendo na Reconstrução Revolucionária do Partido e, conseqüentemente, atrasando o processo revolucionário e o socialismo em nosso país.

Esses pontos são apenas algumas reflexões muito gerais sobre o jornal O Futuro e sua importância para o PCBR. Seguramente, haverá camaradas cuja ampla experiência e aprofundamento teóricos poderão dar continuidade a essas discussões, tanto teóricas como práticas, e ajudar na formação dos camaradas mais novos e menos experientes. Faremos isso com tanta mais firmeza e continuidade quanto forem orgânicos os organismos do Partido e quanto mais a sério levarem o trabalho com o jornal.



QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:



conta própria, que sua atividade não causará danos ambientais. A concessão dessa licença será automática, sem a necessidade de estudos prévios, análise técnica ou consulta às comunidades impactadas. Atualmente restrita a atividades de impacto insignificante, a LAC poderá ser aplicada a obras de médio porte, como saneamento básico, duplicação de rodovias, dragagens e projetos em áreas sensíveis, aumentando o risco de danos ambientais irreversíveis. Segundo a ex-presidente do Ibama, Suely Araújo, esse modelo pode representar até 90% dos licenciamentos no país, com fiscalização reduzida e alto potencial de impunidade, pois o monitoramento será feito por amostragem.

Além disso, o PL enfraquece o papel do ICMBio ao permitir o licenciamento de empreendimentos em unidades de conservação sem a manifestação obrigatória do órgão gestor, minando a proteção dos ecossistemas mais frágeis. Também limita a responsabilidade das empresas por crimes ambientais, inclusive em desastres como Mariana (2015) e Brumadinho (2019), isentando os empreendedores de reparar os danos causados por suas atividades.

Outro ponto alarmante é que o projeto não estabelece uma lista mínima de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, transferindo essa definição para estados e municípios. Isso pode gerar profundas distorções regionais, com regras fragmentadas e sujeitas a pressões políticas locais, comprometendo a regulamentação e a proteção ambiental em todo o país.

Racismo ambiental institucionalizado: como o PL ameaça indígenas e quilombolas

Além do impacto geral, o “PL da Devastação” ameaça diretamente os povos indígenas e quilombolas. Ao eliminar a obrigatoriedade do licenciamento ambiental em áreas cuja demarcação e titulação não foi concluída (condição que afeta mais de 30% das Terras Indígenas e 80% dos Territórios Quilombolas), o projeto aumenta a vulnerabilidade desses territórios e populações tradicionais. Isso ocorre sem consulta prévia ou avaliação ambiental, agravando danos como contaminação por agrotóxicos, destruição de locais sagrados e perda de recursos naturais, aprofundando o racismo ambiental e a marginalização histórica desses povos.

O projeto também revoga dispositivos da Lei da Mata Atlântica, abrindo caminho para a destruição legalizada desse bioma, que já perdeu cerca de 88% de sua cobertura original e é vital para a biodiversidade, a produção de água e a qualidade de vida nas grandes cidades brasileiras. Com a revogação, áreas de Mata Atlântica primária e secundária poderão ser desmatadas sem necessidade de autorização do Ibama, bastando uma licença estadual ou municipal.

Na Amazônia, o PL facilita o desmatamento ao isentar de licenciamento obras de manutenção em rodovias, como a BR-319, que corta uma das regiões mais preservadas da floresta. Estudos indicam que a pavimentação da rodovia pode multiplicar o desmatamento local, e a aprovação do projeto ignora o impacto ambiental e as consultas às comunidades afetadas.

O avanço do PL da Devastação ocorre em um momento crítico para o clima global e para a floresta amazônica, que está próxima de um ponto de não retorno. A destruição da floresta liberaria grande quan-

tidade de gases de efeito estufa, contribuindo para acelerar o aquecimento global, enquanto prejudica o ciclo hidrológico que mantém a agricultura e o abastecimento de água em vastas regiões do Brasil, incluindo São Paulo, que depende dos chamados “rios voadores” de vapor d’água originados na Amazônia.

No setor de petróleo, o governo aposta na extração “até a última gota”, ignorando as metas globais de redução de emissões necessárias para conter o aquecimento. Um grande leilão de áreas para exploração na foz do Amazonas está programado e o Ibama tem sido pressionado a liberar projetos sem as avaliações ambientais adequadas, colocando em risco a biodiversidade marinha e o equilíbrio climático.

A justificativa para esses projetos, como a alegação de “segurança energética”, é questionável, já que o Brasil exporta grande parte do petróleo produzido e as reservas atuais são suficientes para o consumo interno durante a transição energética, que deveria ser acelerada. Além disso, o governo destina uma parcela mínima da receita petrolífera para investimentos em energias limpas.

Não há salvação climática sem ruptura com o capital

“Uma legislação que possa, verdadeiramente, des-travar o Brasil”, discursou, sílaba por sílaba, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Sua performance revela a lógica perversa que sustenta o projeto: a visão predatória e mercantilista do capitalismo, que enxerga a natureza não como bem comum, mas como fonte de lucros para o capital. O licenciamento am-

biental tem falhas: tragédias como Mariana e Brumadinho ocorreram mesmo com licenças emitidas. Mas isso apenas reforça a urgência de fortalecer os órgãos de fiscalização e o controle social, e não desmontar a única formalidade jurídica que ainda oferece alguma barreira ao avanço do colapso ecológico.

A questão agrária, a luta pela terra, a crise climática e a questão ambiental no Brasil estão intimamente entrelaçadas com a estrutura de um capitalismo dependente agrário-exportador. O Brasil é um país marcado pela superexploração da força de trabalho no campo e pela transferência desigual de valor para o centro do sistema capitalista. O agronegócio, expressão concreta da consolidação do capital no campo, e o latifúndio, herança direta da exploração escravista, são os pilares desse modelo de dominação econômica e política que transforma o meio ambiente em mercadoria, aprofundando a miséria e a dependência.

Nesse contexto, o PL 2159/2021 é a face mais recente da ofensiva burguesa sobre os territórios e sobre os direitos coletivos. Sob a lógica do capital, a natureza é vista como “trava” para o lucro, e não como bem comum. Essa visão reduz o licenciamento a um mero entrave burocrático, desconsiderando a sua importância como instrumento de precaução e justiça socioambiental.

A aprovação do PL do Licenciamento Ambiental é mais um dos contínuos ataques, e a única forma de barrá-lo é com a mobilização popular, a organização combativa dos movimentos sociais e a denúncia sistemática da falência do modelo capitalista e da sua “agenda verde” de fachada.

Principais pontos do PL 2159/2021:

1. Exclusão de terras indígenas em processo de demarcação

O PL considera apenas terras indígenas já homologadas nos processos de licenciamento ambiental, ignorando territórios em processo de demarcação ou reivindicação. Essa exclusão favorece invasões, grilagens e projetos predatórios em territórios tradicionalmente ocupados, violando direitos constitucionais e abrindo margem para novos conflitos e violência contra os povos originários.

2. Autolicensing: sem análise técnica e sem controle

O projeto permite que empreendimentos se autolicensing, por meio da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), em que o empresário apenas preenche um formulário online declarando seguir as regras, sem qualquer análise prévia ou vistoria ambiental. A LAC tende a se tornar a regra,

enquanto o licenciamento tradicional, com avaliação técnica, torna-se exceção.

Nos estados onde já há práticas semelhantes, os efeitos têm sido desastrosos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o autolicensing levou à retirada de matas ciliares, contribuindo para a tragédia ambiental que assolou o estado em 2024 e 2025.

3. Falta de estrutura nos municípios: quem vai licenciar?

O projeto transfere responsabilidades para estados e municípios, sem garantir estrutura técnica mínima para realizar licenciamento. Como esperar que pequenos municípios, muitos sem sequer uma Secretaria de Meio Ambiente, consigam realizar análises técnicas complexas? Imagine a pressão de grandes empresários do agronegócio sobre prefeituras de cidades pequenas, sem qualquer contrapeso institucional.

4. Dispensa de licença para o agro

O PL dispensa de licenciamento as atividades de agricultura e pecuária extensiva, permitindo que quem quiser literalmente “passar a boiada” o faça sem qualquer controle ambiental. Isso abre caminho para desmatamento, contaminação de solos e águas e violação de direitos sem qualquer responsabilização.

5. Risco à água e à segurança hídrica

A proposta retira a obrigatoriedade de outorga de uso da água, essencial para proteger mananciais e garantir o abastecimento público. Isso compromete a quantidade e a qualidade da água disponível, especialmente em regiões já afetadas por secas, desertificação e conflitos pelo uso da água.

6. Isenção de responsabilidades e prejuízo à sociedade

Ao fragilizar ou eliminar os condicionantes socioambientais (obrigações de prevenção, compensação e reparação de danos), o PL isenta os empreendimentos privados de custos com mitigação de impactos e transfere o prejuízo para a sociedade e os cofres públicos. É a lógica do lucro privado, prejuízo público.

7. Carta branca para estados e municípios

O PL delega aos estados e municípios a definição de quais empreendimentos estão ou não sujeitos ao licenciamento, sem critérios nacionais unificados. Isso pode gerar uma verdadeira guerra entre estados, com regras ambientais cada vez mais frágeis para atrair investidores, com a flexibilização como estratégia de competição predatória.

Economia

BRF: de "campeã nacional" a escândalos sem fim

Péssimas condições de trabalho, desrespeito a direitos básicos, condenações judiciais pela morte de trabalhadores: o histórico da BRF é de completo descaso com seus funcionários, e tudo isso usando dinheiro público.

Uma funcionária do grupo BRF entrou em trabalho de parto durante o expediente na unidade de Lucas do Rio Verde no Mato Grosso e foi impedida de procurar ajuda médica, o que acabou resultando na morte dos bebês, duas meninas gêmeas. O caso aconteceu em abril de 2024 e, em decisão judicial, a 2ª Vara do Trabalho de Lucas do Rio Verde condenou a empresa ao pagamento de uma indenização de R\$ 150 mil pelo ocorrido.

Foi destacado na decisão o fato de a trabalhadora ter sido impedida de buscar ajuda médica, além de negligência ao não providenciar assistência adequada dentro da própria unidade, fato comprovado a partir dos testemunhos de outros trabalhadores do setor médico da empresa, que declaram não ter sido acionados em momento algum pelos responsáveis.

A funcionária, que é uma mulher negra de 32 anos natural da Venezuela e estava no oitavo mês de gravidez, cumpria uma jornada de mais de oito horas diárias quando sentiu as dores do parto e buscou ajuda, mas não foi autorizada a deixar seu posto de trabalho para não prejudicar a produção. Com a piora dos sintomas, a mulher deixou o frigorífico por conta própria e tentou pegar um ônibus, mas, com o agravamento da sua situação, acabou dando à luz e as crianças não resistiram.

Com depoimentos colhidos no curso do processo, constatou-se que, embora houvesse um protocolo a ser seguido, ele foi ignorado, bem como o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) não foi acionado.

Na sentença se apontou que imagens das câmeras de segurança mostraram que o parto aconteceu nas dependências da empresa, e não do lado de fora como a defesa havia tentado sustentar. O parto durou cerca de 3 horas e o serviço de saúde não foi acionado em momento algum.

O caso coloca em evidência o caráter perverso do modo de produção capitalista, mesmo em sua variante "neodesenvolvimentista" que fundamenta o fortalecimento induzido pelo Estado da BRF como uma das "campeãs nacionais".

Em 2009, a Sadia acumulou perdas insustentáveis. A empresa experimentou um prejuízo de cerca de R\$ 2,5 bilhões depois de ter apostado em operações de câmbio, comprando dólares. À época, com a crise global de 2008, o dólar disparou de preço.

Com a política das "campeãs nacionais", o governo do PT, durante o segundo mandato do presidente Lula, articulou a aquisição da Sadia pela Perdigão, com a criação da gigante BRF utilizando créditos



Foto: Cristiano Estrela/Agencia RBS/Reprodução

subsidiados do BNDES, o que se concretizou em 2011 com a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), autarquia cujo objetivo é prevenir práticas anticoncorrenciais.

Após a operação, a BRF já nasceu como a maior empresa de alimentos industrializados do país e a 10ª maior das Américas. Dados de 2015, portanto 7 anos após a operação, apontavam que produtos da BRF estavam presentes em 90% de todos os domicílios do Brasil, sendo responsável por 20% do comércio de aves do mundo.

Ocorre que essa operação de crédito se deu às custas dos trabalhadores, sem contrapartida, sem melhoras efetivas e duradouras das condições de trabalho. Uma parte dos recursos provinha do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que são recursos oriundos do FGTS ao custo de 3% ao ano + a TR (que é de aproximadamente 2%). Outra parte dos recursos vem do Tesouro Nacional por meio da emissão de títulos da dívida pública, que na época da operação contava com uma taxa base de juros em torno de 12%. Com os recursos levantados, o Tesouro repassa ao BNDES, que empresta ao custo de 7,5%, o que significa que o governo toma dinheiro com um custo maior do que o que empresta.

Essa estratégia de estimular empresas nacionais a se tornarem grandes competidoras no cenário internacional é comum internacionalmente. Envolve a destinação de recursos públicos para garantir o sucesso de grupos privados. Acontece que envolve altas taxas de juros sustentadas para controlar o consumo das classes trabalhadoras, bem como para captar os recursos necessários. Ainda, destaca-se as precárias condições de trabalho a que são submetidos os trabalhadores dessas empresas beneficiadas.

Levando em consideração o setor de frigoríficos como o caso da BRF, não é algo novo a precarização dos direitos dos trabalhadores. Pesquisas apontam que a maior parte dos trabalhadores do setor

recebe até três salários mínimos (a trabalhadora da unidade de Lucas do Rio Verde recebia menos de R\$ 2.000,00). Se destacam também as condições nocivas à saúde, com trocas constantes de temperatura, ruídos intensos, exposição a materiais biológicos de animais e movimentos repetitivos por cerca de oito horas diárias, em um modelo de produção que lembra as linhas fordistas-tayloristas. Dados divulgados em 2015 descrevem que na região sul, por exemplo, 85% dos trabalhadores de frigoríficos sentem algum tipo de mal-estar devido às atividades desenvolvidas no trabalho e 20% se afastam em razão de doenças associadas ao trabalho.

Trata-se de um setor que exige alta produtividade, com condições bastante intensas, com uma temperatura média em torno de 12°C e no qual os EPIs, mesmo quando corretamente utilizados, não dão proteção completa. As principais doenças associadas são: doenças osteomusculares, traumatismos e lesões, doenças psicológicas e infectocontagiosas, com uma quantidade significativa de caso de LER/DORT (Lesão por Esforço Repetitivo e Distúrbio Osteomusculares Relacionados ao Trabalho).

Durante a pandemia de covid-19 os trabalhadores desse setor foram expostos a intensos riscos de contaminação, com frequentes denúncias de que as regras sanitárias não eram cumpridas, como distanciamento mínimo entre os trabalhadores.

Em 2024, a BRF foi condenada a pagar R\$ 450 mil à família de um trabalhador da unidade de Embu das Artes (SP), que faleceu em decorrência de contaminação por covid-19 no local de trabalho. A decisão judicial destacou que a empresa negligenciou medidas de proteção no início da pandemia. O trabalhador atuava no setor de distribuição com cerca de 2 mil pessoas em todos os turnos e, segundo testemunhas do caso, a empresa só começou a adotar efetivamente medidas de segurança depois de sua morte,

inclusive porque houve um surto da doença na unidade com afastamento de cerca de 800 pessoas.

Ainda em 2020, no auge da pandemia, uma única fábrica da BRF representou cerca de 29% dos casos de covid-19 em frigoríficos do Paraná, segundo dados de agosto daquele ano. Foram 1.138 casos na unidade de Toledo.

Um dos casos que mais ganhou destaque foi o escândalo da "operação carne fraca". Em 2017 foi deflagrada uma operação da Polícia Federal nomeada de Operação Carne Fraca, cujo foco era combater esquemas de corrupção envolvendo fiscais do Ministério da Agricultura que recebiam propina para liberar a comercialização de produtos adulterados e com prazo de validade vencido. Inclusive, chegou-se a identificar que parte desses produtos impróprios para o consumo foi destinada à merenda escolar na rede pública do Paraná.

Na unidade da BRF de Lucas do Rio Verde, a mesma do início desta reportagem, houve em 2022 uma paralisação que acabou sendo judicializada pela empresa. Em suma, os trabalhadores reivindicavam a anulação de uma cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho que havia sido firmado pelo sindicato com a empresa, que previa o fim do vale-alimentação e sua conversão em um abono presença, que deixaria de ser pago em caso de duas ou mais faltas, mesmo que justificadas. Os trabalhadores acabaram conseguindo reverter as medidas autoritárias da empresa, principalmente aquelas que penalizavam aqueles que aderiram ao movimento grevista.

Por fim, neste ano de 2025, foi noticiado, já em estágio avançado, negociações para fusão da BRF com a Marfrig. A operação, caso seja concluída, implicará na criação de uma empresa ainda maior, dominando ainda mais o mercado de alimentos. Dados de 2019 apontam que ambas as empresas estão na lista das 10 maiores empresas de carne do mundo, sendo a BRF uma das maiores produtoras de aves do planeta. Enquanto isso, na mesa do povo trabalhador brasileiro, o preço do frango, da carne e dos alimentos em geral só aumenta, quanto mais aumenta a produção destes monopólios para a exportação.

A BRF nasceu da ação do Estado brasileiro, movido pela política neodesenvolvimentista do governo do Partido dos Trabalhadores; foi financiada com recursos públicos do BNDES; foi propagandeada como "progresso" para o país. Seu exemplo evidencia que a política das "campeãs nacionais" significou, de fato, o investimento público em grandes monopólios privados sem nenhuma contrapartida para a classe trabalhadora brasileira.

Economia

Bets seguem inabaladas apesar de CPI apontar crimes e endividamento

Apesar das denúncias contundentes e da vasta documentação apresentada, a rejeição do relatório final em uma sessão esvaziada mostra a influência do setor sobre o parlamento brasileiro, beneficiando o lobby desse ramo bilionário.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Apostas Esportivas, conhecida como CPI das Bets, rejeitou, por 4 votos a 3, o relatório final que pedia o indiciamento de 16 pessoas, incluindo influenciadores digitais e empresários ligados ao setor. A rejeição do parecer da relatora, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), marca a primeira vez em uma década que um relatório de CPI é derrubado no Senado - um fato que, por si só, já aponta para a força do lobby das empresas de apostas no Brasil.

O objetivo da CPI era investigar o crescente peso dos jogos virtuais de apostas online no orçamento das famílias brasileiras e a possível prática de crimes como lavagem de dinheiro, evasão fiscal e organização criminosa. Apesar das denúncias contundentes e da vasta documentação apresentada, a rejeição do relatório final em uma sessão esvaziada mostra a influência do setor sobre o parlamento brasileiro, beneficiando o lobby desse ramo bilionário, em detrimento dos interesses do povo trabalhador.

Um dos pontos de maior destaque do relatório é a identificação de um sofisticado esquema de lavagem de dinheiro e operação ilegal de plataformas de apostas estrangeiras, supostamente orquestrado por uma máfia chinesa. A investigação, que teve início com o Delegado Erick Sallum da Polícia Civil do Distrito Federal, revelou a atuação de diversas pessoas e empresas de fachada no Brasil, criadas com o único propósito de viabilizar o funcionamento de cassinos online ilegais, como o popular “Jogo do Tigrinho”.

Essas plataformas, como www.9F.com e www.PPBet.club, operavam sem a devida autorização da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF), explorando apostas e remetendo os valores obtidos ilegalmente para o exterior através de fraudes documentais e financeiras.

O modus operandi do esquema envolvia a criação de empresas de fachada, com advogados brasileiros cooptados para abrir empresas com CNPJs regulares, mas sem atividade real, servindo como “testas de ferro” para os controladores estrangeiros. Casos como OkpaymentS, FDG Entertainment e PlayFlow Processadora de Pagamentos Ltda. foram citados. Em alguns casos, contratos eram assinados com documentação falsa, inclusive via plataformas digitais. As empresas de fachada abriam contas em fintechs desreguladas como ANSPACEPAY, VOLUTI e IUGU, aproveitando brechas na regulamentação para gerar links de pagamento via PIX,



Senador Cleitinho (Republicanos-MG) grava vídeo com influenciadora e empresária Virginia durante reunião da CPI das BETS para ouvir depoimento de testemunhas. Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

integrados aos sites de apostas. Os apostadores transferiam valores via PIX, acreditando estar participando de jogos legítimos, mas os valores iam diretamente para contas em paraísos fiscais como Curaçao, Ilhas Virgens e Georgia, através de operações cambiais fraudulentas. Para justificar essas remessas, eram usadas Autorizações de Câmbio (ACAMs) com CPFs de pessoas mortas, com 549 casos identificados.

A elaboração de uma estrutura em camadas, ou “matrioskas” (em referência às bonecas russas que se encaixam uma dentro da outra), dificultava a responsabilização, envolvendo bancos tradicionais, instituições de pagamento nacionais, empresas de fachada e os sites de apostas ilegais, que garantiriam o caráter oculto de seus beneficiários finais. O relatório, que corrobora com outras investigações de mídia, aponta que uma suposta “máfia chinesa” estaria entre os grandes operadores desse esquema.

Como O Futuro já divulgou em outubro de 2024, a consolidação das bets enquanto empreendimentos regulamentados no Brasil, mesmo que não houvesse irregularidades, já acarretaria no aumento do endividamento do povo brasileiro, com fluxo de suas receitas para empresas internacionais.

Há projeções de que o mercado de apostas online no Brasil pode movimentar R\$ 270 bilhões em 2025. Esse volume é equivalente a 84% do varejo de carne bovina em 2024, demonstrando a magnitu-

de do redirecionamento de gastos das famílias brasileiras para as plataformas de apostas. As propagandas massificadas têm levado uma parcela significativa da população a comprometer seu orçamento: 29% dos domicílios já reservam parte do valor do fim de semana para apostas, e 18% chegam a cortar gastos essenciais como carne ou almoço fora com as bets. Para as famílias de menor renda, que ganham até dois salários mínimos, o gasto médio mensal com apostas é de R\$ 87, um valor que representa um impacto significativo no orçamento dessas famílias.

Apuração da Agência Pública mostra o impacto das apostas sobre os beneficiários do Bolsa Família. Estima-se que entre 1,8 e 3 milhões de pessoas que recebem o benefício já apostaram. Em agosto do ano passado, R\$ 3 bilhões oriundos do Bolsa Família foram direcionados às bets, o que motivou uma investigação da Polícia Federal, ainda não concluída, mas que apura possíveis fraudes em nome de beneficiários.

No recente embate entre o parlamento e o governo federal, em que houve a derrubada do decreto do presidente Lula (PT) que previa o aumento do IOF, pouco se tratou de outro alvo de Haddad para aumento das receitas do governo: o aumento dos impostos sobre as bets. Em junho deste ano, Haddad e líderes do Congresso haviam chegado a um acordo de aumentar de 12 para 18% o imposto sobre o faturamento das casas de apostas. A respos-

ta veio organizada, com o lobby do setor procurando o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), que recuou no apoio à proposta. A justificativa oficial dos representantes das bets é de que o aumento dos impostos prejudicaria as empresas que atuam de forma legal, em concorrência com as operadoras ilegais.

No discurso oficial, a representante do setor é a Associação Brasileira de Apostas e Fantasy Sports (ABFS). Na prática, em um cenário de arrecadação bilionária, em um fluxo de receita irrastrável, e com grandes remessas sendo transferidas para paraísos fiscais, o poder de influência financeira desse lobby sobre parlamentares torna-se incalculável e com atores de difícil detecção nos corredores de Brasília.

A distinção entre “bets regulares”, que aumentam o endividamento do povo, e “bets irregulares”, que são as não legalizadas, deve ser analisada de forma crítica, já que ambos os grupos têm operações em paraísos fiscais, onde a legislação permite a ocultação dos reais operadores dessas empresas. A rejeição do relatório da CPI das bets, que pedia o indiciamento de figuras proeminentes e a responsabilização de empresas, e que trazia uma apuração contundente sobre a ligação do setor com grupos criminosos internacionais, evidencia mais uma vez a influência do lobby do tigrinho sobre o Estado brasileiro.

Economia

Para diminuir filas do SUS, governo propõe abater dívidas do setor privado com a União

A ideia prevê que hospitais privados e filantrópicos possam prestar serviços médicos e especialidades determinadas pelo governo em troca de abatimento de dívidas tributárias junto à União.

No dia 24 de Junho, os ministros Alexandre Padilha, da Saúde, e Fernando Haddad, da Fazenda, anunciaram projeto para diminuir filas do SUS. A ideia prevê que hospitais privados e filantrópicos possam prestar serviços médicos e especialidades determinadas pelo governo em troca de abatimento de dívidas tributárias junto à União.

Segundo o ministro Fernando Haddad, as instituições privadas e filantrópicas de saúde acumulam atualmente cerca de R\$ 34 bilhões em dívidas tributárias com a União – valores que, segundo ele próprio admite, em boa parte são de difícil recuperação pelo Estado. Diante desse cenário, a proposta cria uma espécie de “moeda de troca social”, permitindo que essas entidades abatem parte de suas dívidas por meio da oferta de atendimentos médicos especializados à população.

O critério proposto segue uma lógica regressiva: quanto menor a dívida, maior a parcela que pode ser convertida em serviços. Hospitais com débitos de até R\$ 5 milhões poderão abater até 50% do valor por meio de atendimentos ao SUS. Já aqueles com dívidas entre R\$ 5 e R\$ 10 milhões poderão converter 40%. Para dívidas acima disso, a proporção tende a ser ainda menor – embora os detalhes para os grandes devedores não tenham sido integralmente divulgados até o momento.

Embora esse escalonamento busque uma certa “equidade fiscal”, o modelo proposto levanta sérias questões de justiça tributária e transparência pública, além do debate acerca do sucateamento do SUS em prol da saúde privada, demonstrando ainda mais o caráter regressivo da política econômica, em especial a tributária, do governo Lula.

Afinal, dessa maneira, a iniciativa privada na saúde será ainda mais promovida, em detrimento da saúde pública, com créditos em torno de R\$ 2 bilhões ao ano para a medida. Trata-se de um valor significativo que, ao invés de beneficiar instituições já consolidadas no setor privado, poderia – e deveria – estar sendo investido diretamente no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), ampliando o acesso da população aos serviços públicos de saúde e promovendo maior equidade no atendimento. Cabe salientar, nesse contexto, que devido às reiteradas políticas de austeridade fiscal continuadas pelo governo, o SUS tem recebido ainda menos investimento, resultando em menor capacidade de atenção à classe trabalhadora e em um sistema de saúde universal podado de sua plena capacidade.

Essa política segue um modelo parecido com o adotado quanto às renúncias fiscais na educação, no modelo Prouni, implantado também por Fernando Haddad. O resultado dessa política na educação nos mostra o que tende a acontecer na saúde: com o Prouni, o setor da educação superior privada no Brasil se expandiu e fortaleceu, ofertando uma educação superior de baixa qualidade e consolidando monopólios que hoje endividam muitos milhares de estudantes pobres.

Paradoxalmente, observamos um Estado que, ao mesmo tempo em que considera o investimento em áreas sociais essenciais (como a saúde, a educação e a assistência social) como meros gastos públicos passíveis de cortes sob a justificativa da política de ajuste fiscal, não hesita em propor medidas que favorecem diretamente o setor privado, rotulando-as como soluções inovadoras e estratégicas. Enquanto o financiamento adequado do SUS é continuamente tratado como inviável ou excessivo, iniciativas que envolvem a renúncia fiscal em benefício de empresas privadas, muitas vezes endividadas e ineficientes, são apresentadas como alternativas “modernas” para a gestão da saúde pública. Trata-se de uma inversão de prioridades que expõe a seletividade do Estado, refém dos interesses da grande burguesia.

Política

Bolsonaro cada vez mais próximo de ser julgado pelo STF

O ex-presidente responde pelos crimes de tentativa de golpe de Estado e de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa armada, dano qualificado ao patrimônio público e deterioração de patrimônio tombado.



Jair Bolsonaro e Alexandre Ramagem na solenidade de posse do diretor-geral da ABIN em 2019. Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

Em 14 de julho, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal as alegações finais que podem levar à condenação de Bolsonaro à pena máxima de prisão – aumentada pelo seu próprio mandato. O ex-presidente responde pelos crimes de tentativa de golpe de Estado e de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa armada, dano qualificado ao patrimônio público e deterioração de patrimônio tombado.

O envio das alegações abre a fase final da instrução processual, que receberá ainda a manifestação do delator e das defesas. A Primeira Turma do STF deve julgar o caso em setembro. Além de Bolsonaro, respondem também Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Alexandre Ramagem, Anderson Torres, Almir Garnier, Paulo Sérgio Nogueira e Mauro Cid.

No documento de 517 páginas, Gonet sistematiza cronologicamente a articulação entre diversos núcleos e frentes de preparação do golpe. “Com o apoio de membros do alto escalão do governo e de setores estratégicos das Forças Armadas, [Jair Bolsonaro] mobilizou sistematicamente agentes, recursos e competências estatais, à revelia do interesse público, para propagar narrativas inverídicas, provocar a instabilidade social e defender medidas autoritárias. A sua atuação, pautada pela afronta à legalidade constitucional e pela erosão dos pilares republicanos, teve por objetivo último sua continuação ilegítima no comando do país e o enfraquecimento das instâncias públicas, em negação do princípio da alternância democrática, da soberania popular e do equilíbrio entre os Poderes”, relata o procurador.

A reconstrução da tentativa de golpe, além de revelar um quadro de fortalecimento institucional e político das Forças Armadas desde o governo de Michel Temer, também joga luz sobre os vínculos da caserna com diversas mobilizações clandestinas de outros agentes e instituições públicas que se articulavam já naquele período.

Em junho deste ano, o ministro Alexandre de Moraes determinou o levantamento do sigilo sobre as investigações envolvendo o uso ilegal da estrutura da Agência Brasileira de Inteligência para espionagem de opositores ao governo Bolsonaro, realizada com o objetivo de sabotá-los e neutralizá-los. No despacho, o ministro argumentou que os vazamentos seletivos contínuos das informações causaram prejuízo à instrução do processo e matérias confusas, contraditórias e errôneas na mídia.

Apesar de não constar entre os indiciados pela Polícia Federal no caso da ABIN, Bolsonaro é o principal beneficiário das ações

ilegais que se estruturam paralelamente dentro do órgão. Essa hierarquia de inteligência operava em sintonia com os núcleos diretamente envolvidos na trama golpista, articulando um extenso aparato de disparo de fake news, órgãos policiais federais, Forças Armadas, agronegócio e gabinetes legislativos.

Entre os indiciados estão Carlos Bolsonaro e Alexandre Ramagem. O primeiro compunha, junto de seu pai, o Núcleo Político que, de acordo com a PF, atuava como “centro decisório e principal destinatário das vantagens ilícitas”. O segundo, ex-diretor-geral da ABIN, liderava o Núcleo de Comando e Alta Gestão que funcionava como ponte entre as diretrizes estratégicas formuladas pelo alto escalão do governo e as operações levadas a cabo pelo Núcleo de Estrutura Operacional de Inteligência (Doint), composto por servidores da alta cúpula da Agência. Outros núcleos eram dedicados, ainda, à Assessoria da Alta Gestão e Execução de Ações Clandestinas, Vetores de Produção e Propagação de Fake News, e Embaraçamento da Investigação – este último composto inclusive pelo atual diretor-geral da ABIN, Luiz Fernando Correa.

O monitoramento ilegal acontecia, principalmente, por meio do software First Mile, comprado com licitação dispensada no final do governo Temer. Através do programa, foram realizadas quase 61 mil consultas ilegais de geolocalização, permitindo acompanhar a movimentação de celulares em tempo real. A invasão dos aparelhos foi combinada com outras técnicas de espionagem, incluindo vigilância física e uso de drone.

As acusações de arapongagem (espionagem em sentido vulgar) contra a ABIN remontam a 2020, quando Bolsonaro editou decreto alterando sua estrutura regimental e aumentando as hipóteses de requisição de informações sensíveis pelo órgão no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência. Na ocasião, a Rede e o PSB promoveram Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a normativa, alegando desvio de finalidade da Agência. Conforme operação da Polícia Federal que investigou servidores pelo uso do First Mile, as interceptações clandestinas tiveram início ainda em dezembro de 2018, antes mesmo da posse de Bolsonaro.

Durante o último governo, Ramagem era mandatário das ações do núcleo central do golpe no interior da ABIN, mas também montava suas próprias arapongas – a exemplo do plano elaborado pelo ex-diretor para espionar e sabotar auditores fiscais que investigavam Flávio Bolsonaro. As pessoas monitoradas pela ABIN eram jornalistas, sindicalistas, autoridades públicas, servidores e,

inclusive, familiares dos alvos. Tudo feito, como se pode imaginar, sem justificativa legal nem ordem judicial, expressamente exigida pela Constituição Federal para a quebra de sigilo das comunicações telefônicas. Outros órgãos do SISBIN - como a SEOPi do Ministério da Justiça - também contribuíram para a espionagem de opositores, incluindo em dossiês e relatórios toda sorte de informações sensíveis.

O software utilizado pela Agência durante a gestão de Ramagem é produto da Cognyte (Israel), que condicionou a contratação ao não uso do programa para monitoramento de cidadãos israelenses e estadunidenses. Em contrapartida, a empresa mantém o banco de dados com informações sensíveis e sigilosas de brasileiros em servidor próprio. O armazenamento em Israel pode oferecer risco à defesa nacional caso Lula resolva dar consequência aos seus discursos rompendo relações diplomáticas, comerciais e militares com o sionismo. Em sentido contrário, O Futuro vem denunciando a dependência do Estado brasileiro frente à tecnologia israelense na defesa e na segurança pública.

Embora tantas brasileiras e brasileiros assistam o desfecho judicial da tentativa de golpe de Estado e aguardem ansiosamente a prisão de Bolsonaro, talvez não esteja tão claro a todos nós que o ex-presidente foi apenas o cavalo de Troia da operação. O processo tramita respeitando o beabá judiciário, razão pela qual o Estado brasileiro demora a chegar a conclusões aparentemente óbvias, como a ligação direta entre a ABIN paralela e o plano golpista.

As alegações finais apresentadas pela PGR contribuem para sistematizar a complexa estrutura montada pelos golpistas para assassinar a chapa eleita em 2022 e instalar um “Gabinete Institucional de Gestão da Crise” que seria capitaneado não por Bolsonaro, mas por militares - com destaque para os Generais Augusto Heleno e Braga Netto. Os assassinatos seriam executados pelas Forças Especiais do Exército - os “kids pretos” -, também facilitadores da intentona de 8 de janeiro de 2023 na Praça dos Três Poderes.

Os ataques coordenados à legitimidade do sistema eleitoral e das próprias urnas eletrônicas, a intervenção da Polícia Rodoviária Federal durante a votação do segundo turno de 2022 e a agitação permanente das massas bolsonaristas instaladas em frente aos quartéis não foram apenas demonstrações de força, mas parte da execução de um golpe fracassado - ao menos por enquanto. Dos incontáveis crimes cometidos pela família Bolsonaro e seus consortes, entretanto, não figura a responsabilização sobre o genocídio negacionista que assassinou quase 700 mil brasileiros entre 2020 e 2022.

A delação de Mauro Cid embasou inúmeras denúncias que permitiram o recolhimento de provas. O mapa de agentes envolvidos é bastante extenso, mas parece cobrir apenas mandantes políticos e seus operadores. Resta, ainda, identificar e responsabilizar a fonte de financiamento que, ao que tudo indica, está localizada nos latifúndios brasileiros. O relatório Agrogolpistas do observatório De Olho Nos Ruralistas oferece uma valiosa investigação do empresariado que foi peça-chave para a intentona bolsonarista.

Agronegócio e Clima

Conferências Pré-COP 30 e o colapso climático como negócio

Por Lucas Ultracultura

Com o avanço dos eventos preparatórios para a COP 30 - conferência climática da ONU que reunirá 197 países em novembro, na cidade de Belém, no Pará - tornam-se cada vez mais evidentes as contradições do chamado “capitalismo verde”. Sob o pretexto da sustentabilidade, o imperialismo e o grande capital (tanto nacional quanto internacional) renovam suas estratégias de dominação, utilizando o discurso ambiental como fachada para aprofundar a exploração dos territórios e dos povos. Nesse contexto, o governo brasileiro investe pesadamente em marketing político e institucional para se projetar como liderança ambiental, ao mesmo tempo em que fortalece o modelo primário-exportador e destina os maiores Planos Safra da história ao agronegócio. Diante desse cenário, torna-se fundamental analisar as articulações imperialistas que pautarão a COP 30 e expor os reais interesses por trás da agenda climática hegemônica.

A COP 30 vem sendo apresentada como “o evento da década” para a Amazônia. No entanto, essa mesma década tem sido marcada pelo agravamento da crise climática, o avanço desenfreado da mineração e do agronegócio, a mercantilização das florestas e a aprovação de leis como o “PL da Devastação”, que ampliam a exploração ambiental e a violação de direitos dos povos tradicionais. A realização da conferência, nesse contexto, revela profundas contradições entre o discurso oficial de sustentabilidade e a realidade da destruição acelerada dos territórios.

Fórum Dinapec pré-COP (Campo Grande-MS, 24 de março)

A Dinapec é uma feira tecnológica bienal realizada pela Embrapa e o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Semadesc). Primeiro Fórum Pré-COP 30, abordando a “Sustentabilidade da Produção de Bovinos no Brasil” - e levantando as bandeiras da “Carne Carbono Neutro - CCN” e “Carne Baixo Carbono - CBC”.

Essas são duas estratégias

do agronegócio para maquiagem a pecuária industrial como sustentável. O CCN alega neutralizar emissões através de compensações duvidosas, enquanto o CBC promete reduções insignificantes. Ambos servem aos interesses de grandes frigoríficos, permitindo acesso a mercados e financiamentos verdes sem mudar o modelo predatório. Essas certificações criam uma falsa narrativa de sustentabilidade para manter inalterada a produção em larga escala e o consumo insustentável.

16º Diálogo Climático de Petersberg (Berlim, 25 de março)

O evento mascara interesses geopolíticos alemães - como acesso a mercados de carbono e matérias-primas estratégicas (níquel, lítio) - sob o discurso de “sustentabilidade”. O REDD+, por exemplo, já foi denunciado por financiar grilagem de terras indígenas, enquanto o hidrogênio verde beneficia megacorporações como Siemens e BASF. A “bioeconomia” repete o extrativismo colonial, agora com selo verde.

Reunião Ministerial do Clima de Copenhague (Dinamarca, 7 de maio)

Mais uma reunião de ensaio e planejamento para a COP 30 que prometeu avanços climáticos, mas que em termos objetivos pautou apenas os interesses dos poderosos: os fundos prometidos aos países pobres chegam cheios de condições que favorecem empresas multinacionais, não as comunidades mais afetadas. A COP 30 caminha para ser mais uma vitrine do capitalismo verde, onde quem destrói o clima dita as regras da suposta solução.

As negociações preparatórias para a COP 30 (Bonn, Alemanha, 24 de junho)

Durante duas semanas, delegados de 200 países discutiram documentos que servirão de base para as negociações na capital paraense. O evento foi marcado com propostas que privatizam a natureza via mercados de carbono, aprofundam a dependência neocolonial através de dívidas verdes

como o empréstimo de 200 bilhões para um “Fundo de Resiliência Climática” que terá os recursos administrados por bancos privados como o HSBC. Essas propostas legitimam o agronegócio com rótulos sustentáveis e promovem a exclusão dos povos indígenas enquanto anunciam as metas de desmatamento zero sem fiscalização adequada.

Para além dos eventos corporativos e governamentais, também houve mobilizações protagonizadas pelos movimentos sociais. Um exemplo foi a Cúpula dos Povos da Pan-Amazônia, realizada em Belém (PA), entre os dias 12 e 16 de novembro de 2024, organizada como um contraponto popular à COP 30. O encontro reuniu povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e organizações de base que denunciaram acordos como o Mercosul-União Europeia, os quais expandem a exportação de commodities sob o falso rótulo de “sustentáveis”. A cúpula também fará um evento paralelo à COP 30 exigindo justiça ambiental e uma reparação radical dos impactos ambientais.

As movimentações até aqui revelam os interesses da burguesia nacional e internacional na exploração dos recursos naturais na América Latina, disputado por setores do governismo pautando a falsa solução do desenvolvimento sustentável e do capitalismo verde como saídas para as mudanças climáticas.

Entregam soluções simples para problemas complexos e investem milhões em propaganda e na mobilização de eventos com o objetivo não apenas de consolidar sua força política e econômica como também difundir sua “visão” no senso comum, tornando suas “necessidades” as necessidades da gerais do país.

Enquanto isso o desmatamento segue aumentando, e só nos resta aliar forças, e apontar verdadeiramente as causas e a solução possível: o combate firme, de classe, com independência, contra a agenda burguesa para a questão ambiental, contra a confiança nos acordos com o imperialismo. Isso só é possível com a mais ampla unidade da classe trabalhadora junto às demais camadas exploradas e oprimidas. Apenas a reorganização socialista da sociedade pode fazer frente ao colapso climático.

Nota política do Comitê Central do PCBR -

A COP30: ILUSÕES NO “CAPITALISMO VERDE” E ATAQUES À CLASSE TRABALHADORA

Em novembro deste ano, será realizada a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) na cidade de Belém do Pará. É inegável, de qualquer ponto de vista, que a situação climática e ambiental, em nível global, chega a uma situação crítica, fruto do desenvolvimento capitalista acelerado e de uma disjunção entre as condições de produção capitalista e as necessidades humanas e ambientais. A COP30 representa mais um encontro de grandes Estados aglutinados sob a ONU para a “discussão” de como resolver ou mitigar os problemas da crise.

Leia na íntegra em:



Agronegócio e Clima

Governo Lula destina mais de meio trilhão ao Agronegócio

Desde o início do seu mandato os recursos do Plano Safra aumentaram em 42%, setor também é colocado como exemplo ambiental.

No dia 1º de julho, o governo Lula anunciou um recorde de R\$ 516,2 bilhões para o Plano Safra 2025/2026, com R\$ 414,7 bilhões direcionados a linhas de custeio e R\$ 101,5 bilhões para investimentos no agronegócio empresarial. O lançamento da política agrícola, realizado no Palácio do Planalto, ocorre em um momento de tensão fiscal, marcado pela pressão de movimentos sociais e setores governistas pela taxaço dos “super-ricos”. O contexto inclui a recente derrubada no Congresso Nacional do decreto presidencial que elevava o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Um dia antes, em 30 de junho, o governo havia divulgado um novo modelo de Plano Safra voltado exclusivamente à agricultura familiar: o chamado “Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/2026”, com R\$ 89 bilhões destinados ao crédito rural. Desse total, R\$ 78,2 bilhões foram direcionados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), enquanto o valor restante se destina a políticas complementares, como compras públicas, seguro agrícola, assistência técnica e garantia de preço mínimo. A diferença entre os valores destinados ao agronegócio empresarial em relação à agricultura familiar correspondem a 82,77%.

No ano anterior, o Plano Safra 2024/2025 contou com R\$ 409 bilhões, além de R\$ 108 bilhões em recursos via LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) para emissões de CPR (Cédula de Produto Rural), totalizando R\$ 508,59 bilhões. Desse total, apenas R\$ 71,6 bilhões foram destinados à agricultura familiar.

Neste ano, enquanto o aumento para a agricultura familiar foi de R\$ 17,4 bilhões, o acréscimo para o agronegócio empresarial foi significativamente maior: R\$ 79,21 bilhões, visto que os seus recursos não estão mais no mesmo Plano que também contemplava a Agricultura Familiar.

Do valor do Agronegócio empresarial, cerca de R\$ 69,1 bilhões é destinado ao Programa Nacional de Apoio ao “Médio” Produtor Rural (Pronamp), que são aqueles que têm renda exorbitante de até 3 milhões e meio anual. O restante é reservado ao grande Agronegócio.

No evento de anúncio do Plano Safra, estiveram presentes

o presidente Lula e o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro. Durante seu pronunciamento, o presidente defendeu a produção de soja e milho para exportação e destacou o que considera ser o caráter ecológico do agronegócio brasileiro:

“O grande sucesso não é só o aumento da capacidade produtiva ou do tamanho de mercado, mas o aprendizado de fazer a preservação adequada para o país, de preservar os nossos rios e mananciais, as nossas nascentes. A gente vai cuidar de terra degradada, a gente vai produzir mais em menos terra”.

Lula também afirmou que o Brasil passou a ser visto como exemplo em preservação ambiental, superando a imagem negativa associada ao desmatamento:

“A gente está ganhando mais porque aumentou a qualidade dos produtos que nós estamos plantando, por conta dos avanços genéticos e tecnológicos. E a gente está percebendo que o mundo tinha ojeriza ao Brasil, que era conhecido como país do desmatamento, o país do fogo, do desrespeito. E é essa compreensão que a sociedade brasileira, os empresários, o pequeno e médio agricultor foram tendo que permite que o Brasil passe a ser um país respeitado e, cada vez mais, as pessoas têm menos medo da gente”.

Embora Lula tenha evidenciado que o agro brasileiro contribui com a conservação, segundo dados do MapBiomas, nos últimos seis anos as atividades agropecuárias foram responsáveis por mais de 97% do desmatamento no Brasil.

Somente no bioma Amazônico, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), as áreas desmatadas aumentaram 91% no mês de maio, em comparação ao mesmo período de 2024. No ano anterior, a Amazônia enfrentou o maior número de focos de incêndio dos últimos 17 anos, com 140.346 ocorrências, a maioria concentrada em regiões de expansão agropecuária e pastagens.

Lula, Fernando Haddad, Carlos Fávaro (ministro da Agricultura), e outros representantes liberais e do agronegócio frequentemente destacam a redução do desmatamento registrada em 2024 no bioma ama-

zônico. De fato, ao analisar exclusivamente os índices de desmatamento, a Amazônia teve uma queda de 7% em relação a 2023. No entanto, a degradação florestal, impulsionada por incêndios e extração madeireira, aumentou seis vezes no mesmo período. Segundo o Imazon, em 2024 foram degradados 36.379 km², um salto de 497% em relação a 2023, quando 6.092 km² foram afetados.

A queda no desmatamento, portanto, não é motivo para comemoração. A degradação ambiental contribui significativamente para as emissões de gases de efeito estufa e compromete a cobertura vegetal. Além disso, embora a atenção de ambientalistas e liberais internacionais recaia sobre a Amazônia, é essencial superar essa visão limitada e dar visibilidade à destruição dos demais biomas.

Segundo o MapBiomas, o Cerrado registrou 9,7 milhões de hectares queimados em 2024, dos quais 8,2 milhões (85%) eram vegetação nativa, representando um aumento de 47% em relação à média dos últimos seis anos. Já no Pantanal, os incêndios atingiram 1,9 milhão de hectares no mesmo período.

Essa realidade expõe uma contradição alarmante: enquanto o governo celebra supostos avanços ambientais, o modelo agrícola baseado na destruição de biomas para produção de commodities continua impulsionando as mudanças climáticas e a dependência econômica do Brasil. A concentração de queimadas nas regiões de atividade de pastagens e monoculturas reforça a urgência de repensar esse sistema, que ameaça não apenas o meio ambiente, mas também o futuro do país diante da crise climática global.

A afirmação de que o agronegócio é “sustentável” e que está “preservando nossos rios” é uma falácia, uma omissão deliberada de dados científicos que visa enganar o público e ocultar o papel do setor como maior emissor de gases de efeito estufa no país. O objetivo por trás disso é claro: manter a exploração de trabalhadores e comunidades do campo, enquanto se preservam os lucros da burguesia.

Lula e o ministro da Agricultura também se orgulharam do volume recorde dos Planos Safra de seu governo. Entre 2022 e 2025, houve um aumento de 42%. No entanto, é

importante lembrar que o setor do agronegócio também é altamente beneficiado por subsídios públicos e isento de ICMS nas exportações, graças à Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/1996). Enquanto o governo se volta para uma defesa abstrata da taxaço dos “super-ricos”, ele ao mesmo tempo direciona mais de meio trilhão somente a um setor de latifundiários e grandes empresas do agro e mantém a Lei Kandir.

Vale destacar que, nos últimos anos, o governo Lula ampliou de forma expressiva a exportação de commodities agrícolas, superando os índices alcançados durante a gestão Bolsonaro-Mourão. Esse desempenho reflete um projeto conduzido por um governo com perfil mais técnico e especializado, com maior domínio do mercado internacional e alinhamento direto aos interesses da grande burguesia do agronegócio.

Ao final de 2024, o governo federal comemorou a abertura de 300 novos mercados internacionais durante a gestão Lula-Alckmin, ampliando as exportações para mais de 62 destinos. Esse movimento se dá em meio aos avanços nas negociações do acordo Mercosul-União Europeia - focado em exportações de commodities agrícolas e carne - e ao desenvolvimento acelerado de projetos de infraestrutura com a China, voltados principalmente à exportação de soja. Apesar de apresentadas como vitórias para o crescimento econômico, essas iniciativas reforçam o modelo primário-exportador que historicamente mantém o Brasil em uma posição dependente no mercado global, aprofundando a exploração da natureza e a reprimarização da economia.

Por trás dos números otimistas, persistem os velhos problemas estruturais: o agronegócio segue associado à superexploração do trabalho rural, à concentração fundiária e aos conflitos no campo, que continuam entre os mais violentos do mundo. Enquanto o discurso oficial celebra a expansão comercial, a realidade revela a permanência de um padrão de desenvolvimento que beneficia poucos e perpetua desigualdades - demonstrando que, sem rupturas com esse modelo capitalista, o crescimento das exportações pouco se traduz em progresso social ou soberania econômica.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

